

# O governo e a universidade

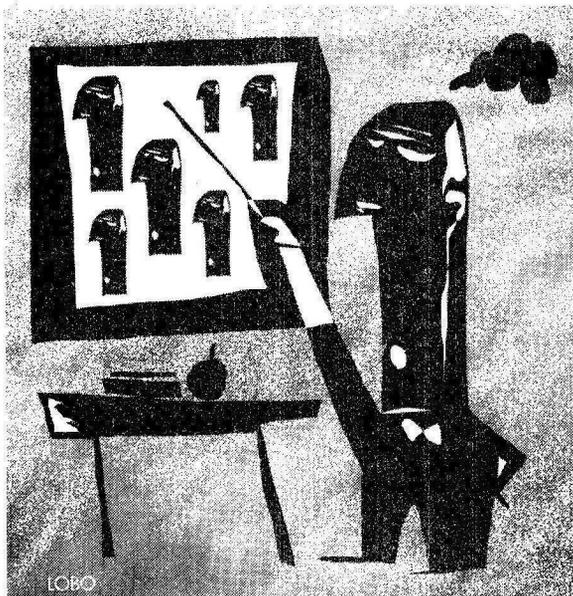
Josaphat Marinho

CORREIO BRAZILIENSE

A população, de modo geral, acompanha a crise da universidade brasileira. Uma pessoa a segue porque têm filhos ou parentes acadêmicos. Outras, pela informação constante dos jornais. Muitas pessoas se preocupam, por vocação, com o funcionamento dos cursos superiores, sobretudo desdobrados em universidades. O ensino desenvolvido em entidades federais, especialmente, desperta interesse generalizado, porque se trata de estabelecimentos mantidos com recursos públicos. As falhas, as deficiências e os vícios apurados em tais escolas envolvem o dinheiro pago pelos contribuintes. Todos os fatos que perturbam a eficiência do ensino são, portanto, prejudiciais à sociedade.

Os fatos são diversos e se revelam há sucessivos governos. A insuficiência de recursos financeiros, ou a aplicação deles sem obediência às prioridades reais. A inadequação de currículos escolares, muitos desprezando as peculiaridades regionais. A demora na realização de concursos para professores, daí decorrendo, entre outros inconvenientes, a inexistência de hierarquia docente. O desestímulo à pesquisa e à produção científica. A falta de convívio universitário adequado, gerador da tolerância que propicia soluções harmoniosas. Essas e outras deformações requerem correção no conjunto das instituições de ensino superior. É claro que há organizações em que essas carências não se verificam, pelo menos com a mesma intensidade apurada em outras.

Não se trata, porém, de apontar falhas isoladas e de alguns estabelecimentos oficiais. Diante de insuficiências que atingem diversas instituições de igual gênero, impõem-se medidas abrangentes dos males co-



muns, e adotadas de modo coordenado. Não é que sejam inúteis providências executadas separadamente. Não são, entretanto, adequadas, ou suficientes. Falta-lhes o elo que unifica soluções simultâneas ou entrelaçadas, umas servindo de suporte a outras, em benefício de efeitos que se completam. Quando as crises envolvem vários aspectos da vida das instituições, as soluções devem ser integradas, para que produzam a eficácia necessária.

No caso, como exemplificado, os problemas são múltiplos, e entre si correlacionados. Obras materiais condicionam o funcionamento de cursos. Da revisão de currículos depende a eficiência do ensino, em diferentes setores. Realizar concursos, que se retardam demasiadamente, é iniciativa que suprirá irregularidades na composição do corpo docente. É fácil depreender e observar que esse conjunto de questões gerou clima de incertezas e atritos, alcançando sobretudo os estudantes. Por isso mesmo, as decisões administrativas, do Ministério da Educação e dos reitores, devem ser, quanto possível, articuladas, no plano institucional e em

razão do complexo de dificuldades.

Daí a impropriedade das providências fragmentadas, originárias do Ministério. Primeiro, foi a extinção do Conselho Federal de Educação, por medida provisória, e substituído por órgão sem autonomia. Se o funcionamento do Conselho não era ideal, poderia ser corrigido, inclusive mediante lei. A eliminação sumária, para colocar em lugar dele um instrumento sem independência, não podia ser, como não foi, construtiva. Depois veio o critério de "avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior" e foram previstos os "exames nacionais"

destinados a aferir "conhecimentos e competência dos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação". Por fim, foi proposta a regulamentação do processo de escolha dos dirigentes universitários. Se as avaliações periódicas dos institutos e cursos e a aferição do conhecimento dos alunos, em fase de graduação, representam medidas compreensíveis, cumpria fixá-las, no entanto, em harmonia com as organizações universitárias, notadamente diante da crise geral, e em parte resultante da escassez de recursos. A disciplina geral da escolha dos dirigentes universitários, em especial, por ser matéria intensamente controvertida, requeria diálogo e entendimento. Demais, é de todo estranhável que tais determinações sejam estabelecidas antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No domínio do ensino, e de nível superior, a experiência recomenda coordenação, e não simples atos de imposição. A mocidade não estima o mando, mas o diálogo, que constrói soluções consentidas.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia